



2010 chama servidores para luta pela aprovação do PCS no Congresso

Novos concursados revitalizam Judiciário Federal

Categoria se revigora com a entrada de servidores que compreendem a necessidade de se mobilizar para garantir direitos e buscar cada vez mais a melhoria da prestação jurisdicional

Página 7

 HISTÓRICO

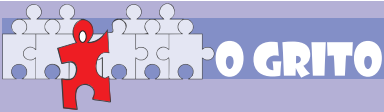
Dois anos para emplacar a revisão salarial

Página 6

Trabalhadores avaliam o movimento



Página 8



O jornal O Grito é o informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina

Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, edifício Jorge Daux - Centro - CEP 88010-560 - Florianópolis (SC)

Fone/Fax: (48) 3222-4668

Site: www.sintrajusc.org.br

E-mail: imprensa@sintrajusc.org.br

Coordenadores Gerais

Adriana Maria Ramos
Luiz Severino Duarte
Paulo Roberto Koinski

Coordenadores Executivos

Coord. de Finanças e Patrimônio:
Manoel Prazeres
Pedro Antonio de Oliveira
Coord. de Cultura, Promoção Social e Esporte:

Silvana Liczbinski
Coord. de Comunicação e Imprensa:
Denise Moreira Schwantes Zavarize
Coord. Jurídicos:

Liliane Toldo Cunha Oldra
Neila Avila de Souza
Coord. de Formação Sindical:
Luiz Roberto Silveira
Coord. para Assuntos de Aposentadoria e Pensão:
Adenir Lourdes Canonica Barbon

Coordenadores Regionais

Região Norte
Gerson Henrique Franco de Macedo
Região Planalto
Robak Jose Barros
Região Oeste
Geraldo Tirelli
Região Sul
Luciana de Souza Cechinel Bez Batti
Região do Vale
Edmilson Silva da Rosa

Textos, Diagramação e Edição:

Miriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) e Leonardo Miranda (MTb 02672/-JP-SC)

Projeto Gráfico: Letra Editorial

Logomarca do Sintrajusc: Paulo Laitano

Impressão: Agnus - Tiragem: 2.500
- Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores.

Colabore com nosso jornal

Escreva para:

imprensa@sintrajusc.org.br (Os artigos não poderão exceder 2.500 caracteres e serão publicados na página 3). Receberemos os artigos até o dia 20 de cada mês.



EDITORIAL

Ano novo, novas lutas

A chegada do projeto de revisão salarial ao Congresso Nacional no dia 11 de dezembro encerra uma etapa da luta iniciada pela categoria há dois anos. Com a greve deflagrada em Santa Catarina no dia 19 e encerrada no dia 3 de dezembro, conseguimos fazer o projeto sair do STF, e em 2010 o desafio será aprová-lo no Congresso Nacional.

Esta primeira etapa começou na Comissão Interdisciplinar do STF, passou pelos presidentes dos Tribunais Superiores e chegou à Sessão do Pleno do STF. Agora será fundamental que a categoria permaneça mobilizada para a próxima fase. No caso, o processo legislativo inclui a passagem do Projeto de Lei por três comissões na Câmara de Deputados.

A primeira é a de Constituição, Justiça e de Cidadania, cuja função é avaliar se o projeto é constitucional e fazer adequações se necessário. A segunda é a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, na qual o mérito do projeto é avaliado, podendo ser emendado ou até substituído por outro. É nela que se dá a maior parte da negociação. Depois o projeto é submetido à Comissão de Finanças e Tributação, onde é analisada a adequação orçamentária.

Toda essa primeira parte da tramitação do projeto dos servidores do Judiciário, que recebeu o número 6613, será acompanhado de perto pela FENAJUFE. Na justificativa do STF que acompanhou o projeto, está assinalado o impacto orçamentário e é dito o seguinte: "Verifica-se que a despesa decorrente do projeto conforma-se dentro da margem de crescimento permitida aos gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Judiciário da União para o exercício de 2011".

Portanto, a volta ao trabalho depois do recesso significará também a retomada da luta para que, antes do recesso legislativo de julho, a categoria garanta a aprovação do projeto no Congresso. Por hora, o SINTRAJUSC assinala que 2009 termina com uma vitória importante e que merece a comemoração de todos os trabalhadores do Judiciário Federal.

AGENDA

Plano de lutas está na pauta do Congrejufe em 2010

Os servidores do Judiciário Federal têm um grande encontro marcado para março de 2010. É o 7º Congresso Nacional da FENAJUFE, principal evento da categoria, que acontece a cada três anos e reúne servidores de todo o país. O evento será realizado em Fortaleza, no Ceará, de 27 a 31 de março.

O congresso tem o objetivo de discutir a conjuntura nacional e internacional, avaliar a atual gestão da FENAJUFE, traçar novos rumos para a luta dos servidores do Judiciário Federal e analisar a prestação de contas da Federação referente ao período de abril de 2009 a fevereiro de 2010. Além disso, vai também revisar o estatuto, eleger a nova diretoria executiva e o conselho fiscal para a gestão 2010/2012. Um dos momentos de destaque será durante a votação da pauta de reivindicações e do plano de lutas da categoria.

A expectativa da diretoria da Federação é que esse seja o congresso mais representativo dos últimos tempos, uma vez que novos sindicatos se filiaram ou regularizaram sua situação financeira junto à FENAJUFE nesta gestão. O SINTRAJUSC irá divulgar em breve o calendário do congresso.

Eleição para o Conselho Fiscal

O SINTRAJUSC fará no início de 2010 a eleição para o Conselho Fiscal, que é composto por três membros titulares e três suplentes com mandato de três anos. O Conselho Fiscal tem, entre suas atribuições, fiscalizar a gestão financeira e patrimonial do SINTRAJUSC. As datas, prazos e requisitos para a eleição serão divulgados nos periódicos do Sindicato.



A Greve e as lições da História

Sempre que deflagramos uma greve é comum ouvirmos argumentos contrários no sentido de que "não é o momento" e que talvez "deveríamos insistir na negociação", e o mais sensível de todos: "quando fazemos greve quem perde é o trabalhador que tem seu direito adiado".

A greve que acabamos de realizar nos dá, ela própria, enquanto fato social material, as respostas para tais questionamentos.

Dentre as pessoas que questionaram sobre o momento certo e a negociação está o presidente da AMATRA12, Juiz Irno Resener, numa conversa sincera com o Comando de Greve, na sede da entidade, durante o movimento. O Juiz Irno é magistrado experiente na representação associativa e na política de sua categoria, da qual foi por várias vezes dirigente nacional.

No curso da conversa, ele próprio deu a resposta, talvez involuntariamente, ao queixar-se de que os juízes levaram quatro anos negociando para conseguir apenas a reposição inflacionária oficial do período da negociação, valor bem abaixo da defasagem histórica acumulada. Quatro anos de negociação é muito tempo para obter um total de 9% de reajuste em duas parcelas.

Da negociação à Greve

Desde 1996, quando fizemos a primeira grande greve nacional do Judiciário Federal, os servidores raras vezes passaram mais de um ano sem algum tipo de reajuste salarial, e quando ocorreu foram uns poucos meses a mais. Esta situação se deveu justamente à sensibilidade apurada e coletiva da categoria de perceber o momento certo de esgotamento da mesa de negociações e partir para a mobilização, nas greves que se sucederam em 2000, 2001, 2002, 2005, 2006 e mais uma vez em 2009.

Quanto ao segundo argumento - a preocupação com os direitos dos trabalhadores - os próprios trabalhadores deram a resposta quando as principais cen-



Fotos: Leonardo Miranda

Movimento sindical e popular deu apoio à Greve em Ato Unificado no dia 2 de dezembro; no destaque, Altair Lavratti, do MST

trais e sindicatos vieram prestar sua solidariedade aos servidores do Judiciário num grande Ato em frente ao TRT na defesa do direito de greve.

De todos os direitos da classe trabalhadora, o mais importante é o direito de greve, pois é do seu exercício que se originaram todos os demais, mesmo antes que ele próprio se constituísse formalmente como um direito.

Criminalização da luta

Em recente decisão que negou um interdito proibitório requerido por uma empresa para impedir uma greve anunciada de seus trabalhadores, a Juíza do Trabalho Ângela Konrath foi especialmente feliz ao afirmar que "a greve transitou da fase de criminalização para a de direito fundamental, num percurso evolutivo diretamente relacionado ao avanço das conquistas libertárias e democráticas frente a regimes autoritários e ditatoriais. Se na Constituição de 1937 a greve era declarada um recurso anti-social, nocivo ao trabalho e ao capital e incompatível com os superiores interesses da produção nacional, na

Carta de 1988 ela aparece como um direito fundamental dos trabalhadores. Proibida, tolerada ou permitida, e independentemente do reconhecimento jurídico a ela atribuído, certo é que a greve tem sido um fato social marcante nas relações de trabalho." Ela conclui dizendo que "por ser essa a opção constitucional, todas as medidas tendentes a restringir o exercício desse direito constituem uma afronta à Lei Maior e um retorno ao autoritarismo."

A óbvia importância dada por todos os trabalhadores a esse direito fundamental, atestada pelo apoio massivo dos sindicatos e centrais sindicais à greve do Judiciário Federal, derruba o segundo argumento.

Espera tem limite

Na greve recém-encerrada, os quase nove meses de negociações diretas e formais com o STF,

sem solução, e a proximidade de um ano que reduzirá a atividade do Congresso ao primeiro semestre, chegamos ao limite da espera em novembro.

Ainda assim, teremos poucos meses para aprovar o projeto até o recesso legislativo de julho, o que não descarta a possibilidade de nova mobilização no caso de impasse. Do contrário, amargaremos a péssima experiência de ficar tempo demais sem reajuste. Mas isto os servidores não vão permitir. Aprendemos com a História



Ousar

Fotos: Leonardo Miranda



Lutar!



Greve
2009



 HISTÓRICO

Dois anos de campanha pelo Plano de Carreira e revisão salarial

Leonardo Miranda



Abril de 2007

No Congresso de Gramado (RS) é aprovado o início da campanha para elaborar e defender uma proposta de Plano de Carreira, Cargos e Salários dos servidores, aprofundando o

debate iniciado antes do primeiro PCS, em 1996

Abril de 2007 a março de 2008

Em todo o país, servidores discutem o tema e elaboram propostas para o Plano de Carreira

Março de 2008

Na Plenária Nacional da FENAJUFE, realizada em Recife, são aprovadas as diretrizes básicas da proposta a ser defendida pela Federação, com criação de um Grupo de Trabalho

Outubro de 2008

No dia 20 o Diário Oficial publica a criação da Comissão Interdisciplinar para tratar do Plano de Carreira, composta por representantes dos Tribunais Superiores, dos Conselhos e dos servidores

Novembro de 2008

Reunião Ampliada em Brasília aprova os princípios da proposta, que é levada pelos Sindicatos de base aos servidores

Abril de 2009

O Grupo de Trabalho da FENAJUFE finaliza a sistematização do projeto que é formalmente entregue à Comissão Interdisciplinar

5 a 7 de Junho de 2009

Na Plenária da FENAJUFE em Manaus, a proposta é discutida e aprovada, com um calendário de mobilização em defesa do projeto

8 de Julho

Dia Nacional de Luta pela Carreira, com mobilização em todo o país. Os Diretores Gerais dos Tribunais Superiores decidem ignorar o trabalho da Comissão Interdisciplinar e apresentam proposta rebaixada, criando até uma Gratificação de Desempenho

15 e 16 de Agosto

Reunião Ampliada da FENAJUFE em Brasília aprova luta por imediata revisão salarial e continuidade das discussões sobre o Plano de Carreira

31 de Agosto

STF envia ao Congresso Nacional apenas o projeto de revisão salarial dos magistrados e procuradores, deixando de lado a minuta de projeto de lei da revisão salarial dos servidores

30 de Setembro

Encerramento do prazo dado pela cúpula do Judiciário para que

os presidentes dos Tribunais Superiores apresentassem sugestões para o projeto de revisão salarial dos servidores.

6 de Outubro

Reunião dos presidentes dos Tribunais Superiores define proposta de revisão salarial, que avança, por pressão dos servidores, em relação à proposta anterior. A minuta é divulgada no dia 7

13 de Outubro

Presidentes das Associações Nacionais de Juizes e Procuradores Federais divulgam documento no qual atacam a proposta de revisão salarial dos servidores

17 de Outubro

Reunião Ampliada da FENAJUFE aprova Estado de Greve no Judiciário Federal

20 de Outubro

Assembléia em SC aprova Estado de Greve

11 e 12 de Novembro

Paralisação luta por aprovação da proposta em Sessão do Pleno do STF e envio do projeto ao Congresso Nacional

14 de Novembro

Reunião Ampliada da FENAJUFE aprova deflagração de Greve por tempo indeterminado a partir do dia 18

19 de Novembro

Servidores em SC, depois de decisão em Assembléia, iniciam Greve

23 de Novembro

Membro do CNJ, Ministro do TST Ives Gandra apresenta proposta que cria subteto, diminui a diferença percentual entre uma referência e outra e aumenta de 12 para 18 meses o intervalo mínimo entre uma progressão e outra. Categoria rechaça proposta

27 de Novembro

Administração do TRT/SC edita portaria que pune grevistas. JF/SC também avisa, dias depois, que descontaria dias parados

2 de Dezembro

Ministros do STF aprovam projeto de revisão salarial sem os pontos polêmicos da proposta do Ministro Ives Gandra. Liminar obtida pelo SINTRAJUSC derruba portaria do TRT

3 de Dezembro

Assembléias decidem suspender a Greve em SC, permanecendo em Estado de Greve até o envio do projeto de revisão salarial ao Congresso Nacional, com volta ao trabalho no dia 4. Comando Local de Greve negocia dias parados com Administração do TRT/SC e JF/SC

11 de Dezembro

Projeto é entregue e começa a tramitar no Câmara dos Deputados

História mostra que PCSs só vieram com mobilização e luta

A entrada da Justiça Eleitoral no movimento, com duas horas diárias de paralisação, foi um dos diferenciais na luta dos servidores catarinenses. Cristiane de Resende, servidora do TRE com participação ativa em todas as Assembleias da mobilização, diz que este ano os objetivos foram atingidos com mais eficácia se comparados a greves anteriores. Ela lembra da paralisação de 2002, quando a participação dos servidores foi grande, apesar de 40 dias de dificuldades e luta.

A servidora observa que o TRE não tem histórico de greve, somente em 2002 teve sua primeira participação. O movimento político no TRE também esfriou nos últimos cinco anos. "O PCS sempre têm vindo e muitos servidores acham que vão ganhar o reajuste sem a greve. Pensam que já está tudo acertado, mas se esquecem de que as conquistas somente são obtidas com a greve. Para cada aumento do PCS houve a luta do trabalhador", diz Cristiane.

Cris avalia que o discurso que diz que o reajuste sempre virá, independentemente da mobilização, divide a categoria. A realidade é que o aumento somente vem com a pressão do movimento grevista e, muitas vezes, as reivindicações dos trabalhadores são deturpadas pela mídia e minimizadas por pressão das Direções. Assim, os problemas são individualizados, sem ser observada a necessidade de mudar a estrutura, tornando-a mais justa e igualitária.

Nesta greve, o movimento do TRE precisou ser transparente, já que a participação foi mínima, diz a servidora. Com isso, houve necessidade de criar uma paralisação estratégica, interrompendo a jornada por duas horas ao dia, o que sensibilizou os servidores novos. No interior também houve paralisação, algo inédito.

A paralisação começou com 10 servidores e depois passou para 26 somente no TRE da capital. Cris afirma que no interior houve uma excepcional participação dos cartórios eleitorais. "Todos os contatos foram feitos por e-mail, com divulgação de servidor para servidor. No interior somaram-se mais de 50 servidores em greve, com grande participa-

ção de jovens funcionários ingressos no concurso de 2005", finaliza.

Greve positiva

Giovan Silva, servidor da Justiça Federal desde 1989, participa do movimento grevista desde a criação do Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal em Santa Catarina - SINDJUSTF, antes da união dos três sindicatos do Judiciário Federal (Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça do Trabalho). Ele foi o primeiro presidente do recém-criado SINDJUSTF, sendo depois tesoureiro. Para ele, a greve deste ano foi positiva, já que os servidores conseguiram parte do que estavam pleiteando. Ele avalia que houve falta de participação e lembra que nas greves passadas eram tantos servidores juntos que se realizavam passeatas no calçadão da rua Felipe Schmidt, no Centro de Florianópolis.

Para Giovan, a categoria está mais dividida devido à criação de associações, como a Associação Nacional dos Analistas Judiciários, tirando muitos servidores do sindicato e desmotivando e alienando o trabalhador: "O fato é que os reajustes salariais são sempre conquistados com a luta do trabalhador. A greve geral de 1917 no Brasil foi um marco, que, entre outros direitos, conquistou a abolição da exploração do trabalho de menores de 14 anos nas fábricas, oficinas, a proibição do trabalho noturno a menores de 18 anos, pontualidade no pagamento dos salários, jornada de oito horas e semana inglesa, aumento de 50% em todo o trabalho extraordinário". Essas conquistas, avalia, não são puramente benesses de Getúlio Vargas, como consta nos livros de história: "As conquistas não caem do céu".

O servidor observa que colegas de trabalho em outras cidades, como Itajaí, foram retaliados pelo juiz da subseção judiciária por participarem da greve, com ameaça da retirada das Funções Comissionadas. Mesmo assim, muitos aderiram ao movimento, coisa que depende da consciência de cada um. Outro motivo da falta de mobilização, avalia Giovan, é a concorrência entre cole-

gas de trabalho, cada um fazendo seus esforços para ter um cargo de direção, uma FC, para ganhar mais, objetivando conquistas pessoais, se esquecendo dos valores de fraternidade que deveriam reger o ambiente de trabalho, bem como daquele ditado, de que a união faz a força.

Ele estranha não haver, num lugar onde há tantas pessoas com curso superior, esse empenho para conquistar melhorias reais de vencimentos e de condições de trabalho. Salienta que os trabalhadores dos transportes públicos (motoristas de ônibus e cobradores), que não têm a graduação escolar presente no Judiciário, bem como os bancários, são mais unidos e motivados para as greves, obtendo ganhos reais de salário. Lembra, também, que FC não se leva

para a aposentadoria. Por outro lado, reajuste real dos vencimentos, conquistados com os movimentos paredistas, são conquistas que ficam no salário para sempre. "O governo nunca deu e nunca dará reajuste de salário de graça", diz o servidor. Ele acrescenta que, nos concursos públicos, faz-se a maior publicidade dos salários pagos no Judiciário Federal, porém esse salário valorizado não foi uma "benesse de governos" e, sim fruto de muita luta e conquistas da classe trabalhadora estatutária.

Leonardo Miranda



Paralisação na JE foi de duas horas diárias

Ingresso de novos servidores revitaliza categoria

"A história do corpo funcional da Justiça Eleitoral nos mostra claramente que, por diversos fatores, nunca houve forte engajamento na participação de movimentos reivindicatórios por melhorias na carreira. Entretanto, uma mudança de paradigmas se operou com o ingresso dos novos servidores, a partir de 2005, para compor os cargos efetivos do quadro da Justiça de 1º Grau e outros que tomaram posse na Sede desde então. Esses valorosos servidores, muitos dos quais ainda em estágio probatório, reuniram-se em seus locais de trabalho e, conjuntamente, aderiram à greve nacional pelo PCCR em 2009, entendendo a necessidade de participar dessa reivindicação coletiva em prol de toda a categoria. Essa mudança representa uma nova geração que traz consigo a idéia de que o respeito às legítimas reivindicações de grupos sociais é medida que se impõe, é a palavra de ordem num verdadeiro Estado Democrático de Direito, até porque o Supremo Tribunal Federal já se posicionou sobre a legalidade e legitimidade das greves dos servidores públicos, superando o velho debate da ausência de regulamentação legislativa.

Lamentavelmente, permaneceu pequena a adesão dos servidores da Sede do TRE. As razões da ausência de motivação estão relacionadas - dentre outros fatores - ao número excessivo de cargos comissionados e ao valor expressivo que representam. Não podemos mais nos furtar do debate sobre o estabelecimento de um verdadeiro Plano de Carreira. E isso passa pela necessidade de se fixar critérios objetivos para a ocupação desses cargos públicos. A subjetividade da escolha, pautada única e exclusivamente na confiança, é determinante para o enfraquecimento da categoria."

Hugo Frederico Vieira Neves - Chefe da Seção de Gerenciamento Eletrônico de Documentos da Coordenadoria de Gestão da Informação - CGI - Secretaria Judiciária - TRE/SC

AVALIAÇÃO

Olhares sobre a Greve



Vara do Trabalho em Chapecó



Vara do Trabalho em Concórdia



Vara do Trabalho em Xanxerê

Não gosto de fazer greve. São horas que se passam, quase tediosas, fora do prédio de trabalho. Às vezes ao calor; às vezes ao frio, além do trabalho se acumulando. Mesmo assim, aderi, mais uma vez, à greve deflagrada. O porquê? Porque foi necessária. Ninguém faz greve por diversão. O momento justificou e me senti no dever de me solidarizar aos colegas que já haviam parado no Estado. O maior desafio não foi a ameaça de corte do

ponto, mas constatar a indiferença de muitos ao movimento. A greve, para mim, foi exercício de direito líquido e certo. Não exercê-lo é sintoma de medo e incoerência. E eu não sou incoerente.

Edson dos Santos Caetano, Técnico Judiciário na Justiça Federal de Joinville

Eu resolvi fazer parte do movimento porque nós temos que lutar para alcançarmos os nossos objetivos e porque que a união realmente faz a força e somente com um número grande de servidores mobilizados teríamos uma resposta dos

grandes de Brasília. E tem mais, não me sentia à vontade em ficar sem fazer nada vendo os colegas das outras subseções lutando por melhorias que também iriam me atingir. Foi bem complicado manter a força aqui na nossa subseção, principalmente por causa das possíveis retaliações e do volume de trabalho, que aqui é muito grande. Era agonizante ver o trabalho acumulando-se a cada dia. Mas agora voltamos à normalidade.

Fernanda Ambros, Técnica Judiciária na Vara Federal de Joaçaba

Em primeiro lugar gostaria de ressaltar a união dos servidores que participaram da greve. Nas assembleias diárias pudemos compartilhar as notícias, a pressão de determinada chefia sobre os grevistas, a importância de lutas posteriores para implantação do Plano de Carreira... Tudo isto nos fez conhecer melhor um ao outro e, principalmente, confiar um no outro. Certamente, fortes laços de amizade foram criados ou reforçados. Mencionei lutas posteriores porque este é um segundo ponto que deve ficar claro. O movimento fez parte de uma anseio maior que é o Plano de Carreira. Particularmente conheço algumas pessoas que se aposentaram pelo Banco do Brasil na década de 90 e trabalharam em uma época em que os melhores estavam naquele banco. Eles podem olhar pra trás e dizer que valeu a pena toda a dedicação pela entidade. Infelizmente, este trabalhador não é mais tão valorizado. Não há dúvida que eles querem fazer o mesmo conosco. E o farão caso não haja mobilização da categoria. Uma categoria desunida e alienada é um prato cheio para os "coronéis". VAMOS À LUTA!!!!

Guilherme Bornelli, Oficial de Justiça Avaliador Federal em Itajaí



Vara do Trabalho em Imbituba



JF e JT em Joaçaba



Justiça Federal em Chapecó